ATA DA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025.

PRESIDENTE: VEREADOR CARLOS MUNIZ
1º SECRETÁRIO: VEREADOR CLÁUDIO TINOCO
2º SECRETÁRIO: VEREADOR MAURÍCIO TRINDADE (em exercício)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX ALEMÃO, ANDERSON NINHO, BECA, CARLOS MUNIZ, CEZAR LEITE, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DAVID RIOS, DUDA SANCHES, GEORGE REIS, HAMILTON ASSIS, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, ISABELA SOUSA, JOÃO CLÁUDIO BACELAR, JORGE ARAÚJO, JÚLIO SANTOS, KEL TORRES, KÊNIO REZENDE, MARCELO GUIMARÃES NETO, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, OMAR GORDILHO, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RANDERSON LEAL, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, RODRIGO AMARAL, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO e TEO SENNA, estando licenciados os vereadores ANDRÉ FRAGA, DEBORA SANTANA, ELIETE PARAGUASSU e FELIPE SANTANA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 508/25 do vereador Cezar Leite, 509 e 510/25 do vereador Jorge Araújo, 511/25 da vereadora Aladilce Souza, 512 e 513/25 do vereador Randerson Leal, 514 a 516/25 do vereador Beca e 517/25 do vereador Kênio Rezende; Projetos de Indicação n.s 485/25 da vereadora Debora Santana, 486/25 do vereador Jorge Araújo, 487/25 da vereadora Ireuda Silva e 488/25 da vereadora Debora Santana; Projetos de Resolução n.s 120 a 122/25 da Mesa Executiva, 123/25 do vereador

Orlando Palhinha e 124/25 do vereador Carlos Muniz; Requerimento n. 280/25 do vereador Felipe Santana; Moções n.s 283/25 da vereadora Aladilce Souza, 284/25 do vereador Kênio Rezende e 285/25 da vereadora Debora Santana; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Beca (3 a 5 de novembro), Cris Correia (3 de novembro), Debora Santana (3 a 18 de novembro), Eliete Paraguassu (10 a 12 de novembro) e Felipe Santana (10 a 12 de novembro). Na **Tribuna Popular**, o senhor Domingos Barbosa, do Sindicato dos Portuários da Bahia, discorreu sobre o projeto de privatização da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), o qual surpreendera a categoria. Mencionou um processo similar em outro estado, que causara muitas demissões. Considerou inadmissível a privatização, sobretudo onde o Presidente Lula obtivera grande votação. Historiou as ações dos trabalhadores contra o projeto, inclusive na mídia e em instâncias institucionais. Ainda pela mesma representação, o senhor Davison Sena expôs *slides* com documentos contratuais e com imagens da Baía de Todos-os-Santos, apontando os impactos que a privatização teria na região. Explicou que os trabalhadores lançaram seus questionamentos em audiência pública. Dando continuidade à **Tribuna Popular**, a senhora Maira Dantas, médica e membro do Conselho Federal de Medicina (CFM), agradeceu o apoio do vereador Cezar Leite. Expôs sobre os crescentes casos de ameaças e agressões contra médicos e outros profissionais de saúde em seus locais de trabalho. Explicou que isso se dava, inclusive, por tentativas de se obterem falsos atestados médicos. Pediu o apoio dos vereadores para a aplicação prática da Resolução do CFM que previa medidas de segurança nas unidades médicas e, também, para um plano municipal de segurança. Destacou as condições alarmantes nos bairros mais vulneráveis, onde médicos resistiam tentando trabalhar, mesmo sentindo medo. Foram promulgadas as Resoluções n.s 3.514 e 3.515/25. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Cezar Leite saudou o discurso da senhora Maira Dantas e considerou que o País perdera a sua soberania para o crime organizado, o qual

controlava muitas áreas. Salientou o medo que os médicos viviam ao exercer o seu trabalho nesse contexto. Assumiu a Presidência o vereador Cláudio Tinoco. O vereador Hamilton Assis saudou os oradores da Tribuna. Avaliou como grave a questão dos portuários, afirmando que a privatização dos portos afetaria a vida dos baianos com seus impactos econômicos. Criticou que o controle exercido pela Codeba fosse transferido para o setor privado e deu números que ilustravam os investimentos já feitos no Porto, em montante maior do que o previsto na privatização. Foi votada e aprovada a mudança da sede da CMS para o SESI do Rio Vermelho, para a entrega de uma Honraria. A vereadora Aladilce Souza saudou a senhora Maira Dantas, declarando o seu apoio aos médicos e a outros profissionais de saúde. Defendeu a dignidade no exercício do trabalho desses profissionais e comentou sobre a violência vista nas unidades de saúde. Sublinhou a importância de os serviços de saúde estarem em áreas populares e de seus profissionais terem sua segurança garantida. Solidarizou-se aos portuários, defendendo que empresas públicas fortalecessem a economia. A vereadora Marta Rodrigues pediu audiência pública com os médicos e outros profissionais de saúde para se buscarem soluções a respeito da violência que enfrentavam. Sobre o pleito dos portuários, defendeu a mobilização de vários setores institucionais em defesa dos portos baianos. Expressou sua solidariedade aos portuários. Em comunicação inadiável, o vereador João Cláudio Bacelar solicitou um minuto de silêncio pelo falecimento do padre Carlos Augusto Silva, vítima de um desabamento, e informou Moção de pesar a respeito. Foi secundado, também em comunicações inadiáveis, pelas vereadoras Cris Correia, que destacou a importância comunitária do padre, e Marta Rodrigues, que o enalteceu. Foi cumprido o minuto de silêncio. No **Pinga-Fogo**, o vereador Randerson Leal contou sobre sua audiência pública para debater o Projeto, de sua autoria, sobre o fim da cobrança de estacionamento nos *shoppings centers*. Afirmou a base constitucional dessa inciativa, bem como a natureza abusiva da cobrança de estacionamento. Leu dispositivos da Constituição Federal que lastreavam o Projeto e afirmou que o Código de Defesa

do Consumidor também o alicerçava. Saudou nominalmente os presentes à audiência pública e considerou que o fim da cobrança, além de beneficiar o consumidor, aumentaria as vendas. O vereador Teo Senna elogiou o plano de segurança pública apresentado pelo prefeito Bruno Reis. Afirmou que o prefeito agia com coragem nessa inciativa e expôs as ações e investimentos a serem realizados. Também expôs os eixos de ação em que se somavam Município, Estado e Governo Federal, e sublinhou que se tratava de algo além do policiamento, prevendo-se assistência social e maior presença do poder público. Informou terem sido realizadas duas audiências públicas a respeito. O vereador Hamilton Assis criticou a Reforma Administrativa que tramitava no Congresso Nacional. Explicou que a respectiva Proposta de Emenda Constitucional (PEC) fora alterada e trazia medidas desfavoráveis aos trabalhadores. Afirmou haver uma tentativa de centralização que desconsiderava as regionalidades, além de prejuízo aos municípios mais pobres e ferimento ao princípio da isonomia. Pediu audiências públicas, na CMS, sobre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O senhor presidente disse que daria encaminhamento ao pedido de audiências públicas e lembrou que uma delas já seria realizada. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente Cláudio Tinoco declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO